7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

12 a 14 de dezembro de 2024, UFRGS, Porto Alegre/RS

AT: Ensino, Pesquisa e Extensão

CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA CRÍTICA PARA ENSINO E PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE

Eduarda Figueiredo Scheibe

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Porto Alegre, dezembro de 2024

Resumo expandido:

O campo de estudos das Relações Internacionais é reconhecidamente multidisciplinar. Nesse sentido, sua constituição como campo autônomo e plural conta com contribuições teóricas e metodológicas de diversas outras áreas de conhecimento, entre elas a Geografia. Contudo, observa-se que as contribuições mais frequentemente abordadas dessa área estão mais ou menos diretamente associadas aos estudos de guerra e de paz e/ou a abordagens geopolíticas formuladas ainda a partir de métodos positivistas, não raro desde uma perspectiva eurocêntrica. Em contrapartida, é menos frequente que se explore as contribuições de reflexões teóricas mais recentes do campo geográfico.

Por um lado, temos valorizado os avanços nos debates teóricos e metodológicos próprios e apropriados por nosso campo das Relações Internacionais, particularmente aqueles que podem ser identificados como terceiro e quarto "grandes debates teóricos" — conforme periodização em Jatobá (2013). Ainda no contexto histórico da segunda metade da Guerra Fria, por exemplo, observamos a (re)valorização de debates influenciados pelo materialismo histórico, que vão inspirar não apenas a difusão de teorias da dependência, mas também a análise histórica das relações internacionais a partir da expansão do sistema capitalista para explicar a estrutura das dinâmicas internacionais no sistema-mundo. Já mais recentemente, assistimos ao aprofundamento do debate entre positivistas e interpretativistas (Lamont, 2015) ou pós-positivistas. Esse debate reflete, certamente, uma ampliação dos temas de Relações Internacionais, para incorporar de forma mais enfática questões como racismo, feminismo e colonialismo, além de uma visão crítica a respeito da pretensa neutralidade de teorias tidas como mais tradicionais do início do século XX.

Por outro lado, no entanto, ainda resta pouco explorado o arcabouço teórico e metodológico oferecido pela renovação da Geografia nos anos 1970, após período de ostracismo da disciplina nos meios políticos e acadêmicos no pós-Segunda Guerra Mundial (Castro, 2005). Ademais, ainda atualmente, nas grades curriculares de cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil, ocorre de a contribuição mais clara do campo geográfico, a priori, ficar restrita à disciplina de Geografia Política – ao passo que são em maior número aquelas disciplinas "herdadas" dos campos da Ciência Política, História e Economia.

Sem desconsiderar a importância da contribuição de cada um desses campos disciplinares para o pluralismo tão característico das análises em Relações Internacionais, bem como do aprendizado a respeito de abordagens geopolíticas clássicas ainda com manifesta influência sobre mundo contemporâneo, este trabalho busca sistematizar algumas das contribuições pós-positivistas da Geografia Crítica para ensino e pesquisa nas Relações Internacionais.

Para tanto, se recorrerá às reflexões feitas a partir da experiência como docente em um curso de graduação em Relações Internacionais, entre os anos de 2020 e 2023. Serão objeto de reflexão, particularmente, as recorrências observadas em diversas práticas realizadas principalmente na atividade letiva da disciplina de Geografia Política, mas igualmente em disciplinas relacionadas a temáticas econômicas, onde a Geografia Crítica foi complementar para elaboração dos planos de ensino e elucidação de questionamentos no decorrer dos cursos ministrados.

Na disciplina de Geografia Política, utilizou-se a obra "A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", de Yves Lacoste ([1976] 1988), por ser considerada como marco da Geografia Crítica, bem como contribuições de geógrafos como Bertha Becker (2005), Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006) para uma compreensão também crítica da geopolítica brasileira e do processo de formação territorial do país. As reflexões feitas a partir dessas e outras obras do campo da geografia foram, posteriormente, retomadas em disciplinas dedicadas ao campo da economia, contribuindo para considerações, por exemplo, a respeito do conceito de região em Relações Internacionais (Haesbaert, 2010). De forma resumida, observou-se que a obra de Lacoste, sobretudo, contribuiu para discussão inicial a respeito da desnaturalização de conceitos e categorias utilizadas e difundidas a partir de abordagens geopolíticas do século XIX e XX, assim como para considerações éticas no trabalho de pesquisa e no papel da Universidade para produção de conhecimento e ou legitimação de discursos (geo)políticos. Ademais, de forma geral, as referências utilizadas auxiliaram na compreensão das categorias de "interesse nacional" e mesmo de "identidade" como uma construção político-social. No mesmo sentido, observou-se que as proposições metodológicas contidas nessa literatura contribuem para melhor apreensão de particularidades (territoriais) de processos hegemônicos, com frequência abordados como universais.

Palavras-chave: Geografia Política, geopolítica, Geografia Crítica, ensino de Relações Internacionais.

Introdução

As práticas de ensino e pesquisa demandam, pela natureza própria a essas atividades, que educadores e pesquisadores se mantenham atualizados sobre temas contemporâneos, sem perder de vista o contexto mais amplo em que se inserem as questões do tempo presente. Também demandam atualização quanto a métodos, técnicas e abordagens teóricas. Isso porque são os métodos, técnicas e teorias que viabilizam e embasam os entendimentos que tendem a ser consolidados, primeiramente, por uma literatura especializada, a qual vem a ser considerada como fundamental para a formação em determinado campo de estudos e, por conseguinte, passam a figurar nos projetos pedagógicos e planos de ensino destinados a formação de novos profissionais deste mesmo campo.

Não é diferente com o campo das Relações Internacionais. De fato, podemos, inclusive, admitir que o zelo pela atualização se impõe como particularmente desafiador para campos multidisciplinares do conhecimento, uma vez que estes contam com contribuições de diversas áreas de conhecimento. Simultaneamente, podemos ainda fazer a hipótese de que há um duplo desafio para as Relações Internacionais. Por um lado, nosso campo vem se consolidando na esteira da aceleração de demandas por um olhar multifacetado e integral para temas que podemos entender como híbridos (Latour, 1994). Por outro lado, assistimos a uma espécie de “internacionalização”, “transnacionalização” ou “transfronteirização” de cada vez mais temáticas que já não prescindem, para sua adequada compreensão, da contextualização, não apenas histórica, mas também espacial, inclusive como parte de dinâmicas e processos multiescalares (Font; Rufí, 2006). Certamente, os “novos temas”, que identificamos e estudamos desde as últimas décadas do século XX como tais (Sato, 2000), têm se multiplicado e complexificado crescentemente.

Este trabalho visa contribuir com nosso necessário processo contínuo de atualização, particularmente enquanto docentes de cursos de graduação em Relações Internacionais, destacando os aportes que a Geografia Crítica pode oferecer para o ensino e pesquisa nessa área. Para tanto, recorreremos a reflexões feitas a partir da experiência como docente em um curso de graduação em Relações Internacionais, entre os anos de 2020 e 2023. Buscar-se-á explicitar aqui, especialmente, as recorrências observadas em algumas das práticas realizadas enquanto docente responsável pela disciplina de Geografia Política.

Este relato de prática é motivado pela percepção de que as contribuições da Geografia tradicionalmente mais abordadas e/ou valorizadas no campo das Relações Internacionais estão frequentemente associadas aos estudos de guerra, segurança e

defesa. Em contrapartida, observa-se que tem sido menos frequente que se explore contribuições de reflexões teórico-metodológicas do movimento de renovação da Geografia, notadamente da Geografia Crítica – embora acreditemos que este é um esforço que tem podido ser observado mais recentemente. Ademais, motiva-nos o interesse em avançar nas reflexões que aqui serão desenvolvidas ainda de forma ensaística, por intermédio do compartilhamento de ideias e práticas, uma vez que a Geografia Crítica mostrou-se complementar para elaboração, igualmente, de planos de ensino e para elucidação de questionamentos no decorrer de outras disciplinas ministradas entre 2020 e 2023, principalmente para melhor entendimento daquelas disciplinas mais afins à Economia Internacional. Em tempo, não se pode ignorar que influenciam, ainda, as reflexões aqui sistematizadas, o percurso formativo da autora, bacharel em Relações Internacionais e mestra e doutoranda em Geografia.

Geografia como componente curricular das Relações Internacionais: política e crítica

As Relações Internacionais enquanto campo de estudos e, logo, os currículos formativos dos cursos de Relações Internacionais, particularmente aqueles em nível de graduação, contam com contribuições da Ciência Política, Direito, Economia, Geografia e História. Geralmente, nos cursos de graduação brasileiros, a Geografia aparece representada de forma mais inequívoca pelo componente curricular de Geografia Política. Isso não quer dizer que as contribuições deste campo estejam restritas a este componente. Porém, este apresenta-se como oportunidade para desenvolvimento de competências diretamente relacionadas à compreensão das relações sociais espacializadas, objeto por excelência da Geografia (Moraes, 2000b), e, mais especificamente, a dimensão territorial do poder, suas fontes e formas de manifestação (Costa, 1991). Não nos parece precipitado, tampouco, admitir que este componente curricular, que por vezes é identificado também como Geografia Política e Geopolítica ou, até mesmo, apenas como Geopolítica, apresenta-se, igualmente, como oportunidade para a aproximação de futuros internacionalistas da literatura e contribuições deste campo (da Geografia) para sua formação em sentido mais amplo. No entanto, corre-se o risco de que a disciplina, principalmente quando privilegiado apenas o viés da geopolítica, atenha-se sobretudo a questões de segurança e defesa, limitando-se, sobretudo, a dimensão estatal do poder e, assim, do Estado como ente único com capacidade legítima de territorialização. Ou, ainda, que as contribuições da Geografia sejam entendidas como mais ou menos restritas a ponderações sobre

a situação geográfica ou constituição territorial que influenciam sobre determinado evento ou fenômeno (por exemplo, tão simplesmente sua localização, características topográficas, questões de acesso ou não a cursos de água ou ao mar).

De forma alguma essas são questões ou variáveis irrelevantes para os estudos a serem realizados por futuros internacionalistas. Contudo, uma tal abordagem parece refletir uma visão desatualizada sobre o campo da Geografia, mais compatível a desenvolvimentos teóricos do século XIX e primeira metade do século XX. Dessa forma, ignora-se o próprio movimento de (auto)crítica da Geografia que, precisamente, tanto contribui para a compreensão de geopolíticas imperialistas e expansionistas como tais, permitindo sua análise e avaliação desde uma perspectiva mais contemporânea – inclusive em termos éticos e, por exemplo, compatível com o respeito aos Direitos Humanos e/ou diversidade de modos de vida.

De fato, entendemos hoje que a institucionalização da Geografia ao longo do século XIX está atrelada ao desenvolvimento de abordagens político-geográficas que buscavam compreender, mas sobretudo fundamentar, a consolidação do Estado-nação aos moldes europeus como organização socioterritorial legitima e predominante (Castro, 2005; Font; Rufí, 2006). A Geografia do século XIX contribui, portanto, para o discurso de naturalização da ideia de um Estado representativo de um “interesse nacional” único, e sua defesa não como alternativa, mas como condição para organização das sociedades (europeias).

Nesse sentido, o conhecimento geográfico deste período teve papel fundamental para legitimar práticas e relações internacionais características do período, ao contribuir para “revelar, controlar e dominar territórios, para fazer a guerra, bem como para desvendar riquezas ocultas” (Castro, 2005, p. 43) em regiões que seriam conquistadas e suas populações, frequentemente, feitas vítimas de assimilação, genocídio e/ou escravização. Ademais, na academia e instituições de ensino, o conhecimento geográfico (mas não apenas ele) foi desenvolvido de forma a respaldar entendimentos que visavam justificar tais empreendimentos, os quais, a partir da segunda metade do século XX, serão entendidos como criminosos.

Como consequência dessa nova compreensão, a Geografia Política, invariavelmente entendida como uma geografia “politizada” em razão de centrar-se sobre disputas territoriais e/ou relações de poder espacializadas, passa por um período de marginalização – o termo “geopolítica” sendo especialmente rechaçado, pela sua associação direta à geopolítica alemã e ao nazismo (Castro, 2005; Font; Rufí, 2006). Neste período, compreendido por parte importante das décadas de 1950 e 1960, serão privilegiadas, em contrapartida, abordagens quantitativas e pretensamente neutras do conhecimento geográfico. Será apenas na década de 1970 que a

Geografia começará a passar por um processo de autocrítica, em que inclusive a neutralidade das abordagens quantitativas, mas especialmente a gênese de sua constituição como campo acadêmico e institucionalizado, serão problematizadas.
O livro “A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, publicado em 1976 por Yves Lacoste, será marco fundamental para esse movimento de renovação e, posteriormente, para sua compreensão. Também são relevantes, no nosso entendimento, para apreensão das contribuições teórico-metodológicas da Geografia renovada e crítica para o estudo das relações internacionais, contribuições como as de Milton Santos (2006), Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2010; 2021) e Antonio Carlos Robert Moraes (2000a, 2000b). Neste trabalho, todavia, nos deteremos especificamente no relato e repercussões observadas para o processo de ensino-aprendizagem de uma atividade de avaliação formativa realizada a partir da leitura de Lacoste (1976).

Da marginalização à renovação crítica da Geografia Política: atividade de avaliação formativa

As reflexões que buscaremos sistematizar na próxima seção são produto, principalmente, das práticas docentes realizadas como professora responsável pela disciplina de Geografia Política, ministrada para 7 turmas de graduação em Relações Internacionais, constituídas majoritariamente de estudantes cursando seu primeiro semestre no Ensino Superior, no período entre 2020 e 2023. A esse respeito, importa pontuar que o plano de ensino desta disciplina foi sendo modificado ano a ano, com base na experiência adquirida no ano anterior e nas mudanças na modalidade de ensino, que se interpuseram em razão da pandemia da Covid-19. Nos anos de 2020 e 2021 a disciplina foi majoritariamente ministrada na modalidade on-line síncrona, enquanto nos anos subsequentes foi possível realizar as atividades presencialmente. Entretanto, a despeito de modificações mais específicas, o plano de ensino, com suas sucessivas oportunidades de atualização e revisão, foi sendo desenvolvido no sentido de dar conta da seguinte estrutura básica de módulos ou unidades, esquematizadas no Quadro 1 abaixo, cada módulo tendo sido planejado para ser realizado em número similar de encontros e tópicos.

Quadro 1: Estrutura geral em módulos do Plano de Ensino da disciplina de Geografia Política para graduação em Relações Internacionais

Módulos	Objetivo
I – Geografia política e geopolítica	Introduzir as noções de geografia política e geopolítica, estabelecendo a relação entre a constituição da geografia como disciplina acadêmica e campo autônomo do conhecimento e o processo de consolidação do Estado-nação europeu no séc. XIX.
II – Geopolíticas clássicas	Dar a conhecer e contextualizar a Geopolitik alemã, bem como as geopolíticas das Pax Britânica e Norte-Americana, estabelecendo a relação histórica do pensamento geopolítico desenvolvido ao longo do século XIX com a marginalização da geografia política institucional no pós-Segunda Guerra Mundial.
III – Geopolítica brasileira	Dar a conhecer e contextualizar o pensamento geopolítico brasileiro, sua relação com a política externa brasileira (especialmente para a América do Sul e Atlântico Sul), além da relação com a sua formação territorial e continuidade e/ou rupturas em nosso modelo de desenvolvimento.
IV – Geografia política contemporânea: novos atores e configurações	Explorar temas contemporâneos de Relações Internacionais desde a perspectiva político-geográfica, contribuindo, dessa forma, para também uma contextualização histórica das novas configurações de diferentes relações sociais espacializadas (ex. “novas” funções das fronteiras; territórios em rede e fenômenos de des-reterritorialização; regionalização dos espaços mundiais;

	etc.).

Fonte: elaboração própria.

Ademais, essa estrutura geral permitiu que algumas práticas fossem realizadas em todos os anos e turmas, quais sejam:

(i) o questionamento e provocação dos estudantes, nas primeiras aulas do semestre, a respeito do que estes entendiam como Geografia e Geografia Política e quais as contribuições que, naquele momento, entendiam que este campo de estudos poderia aportar para o entendimento das Relações Internacionais;

(ii) a realização de pelo menos uma aula expositiva sobre a consolidação da Geografia como disciplina universitária e campo de estudos autônomo, bem como sobre os avanços e transformações no entendimento sobre qual seria o objeto da Geografia e, particularmente, do que entendemos como Geografia Política;

(iii) o destaque e utilização do livro "A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", de Yves Lacoste (1976) para discussão sobre a marginalização e posterior renovação crítica da Geografia, sendo este utilizado como referência fundamental para a avaliação da aprendizagem de meio de semestre em, pelo menos, 3 anos e 5 turmas (no momento de transição entre o módulo II para III, conforme quadro acima);

(iv) a retomada, ao final do semestre, do questionamento inicial sobre o papel da Geografia para o entendimento das Relações Internacionais, a partir dos debates realizados em sala de aula ao longo da disciplina.

A primeira (i) e última (iv) atividades elencadas acima são evidentemente complementares no sentido de auxiliar na avaliação e autoavaliação (por parte dos estudantes e da própria docente) a respeito do avanço no processo de ensino-aprendizagem oportunizado pelo conjunto de aulas da disciplina Geografia Política para ingressantes no curso de Relações Internacionais. Há, igualmente, evidente complementaridade entre as atividades (ii) e (iii), uma vez que a obra estudada de Yves Lacoste representa um marco para a renovação da Geografia e, particularmente, da Geografia Política, após a marginalização do conhecimento (político) geográfico nas décadas que sucedem a Segunda Guerra Mundial, como abordado na seção anterior deste relato.

Todavia, cumpre pontuar que as 3 primeiras atividades, em conjunto e nessa ordem, foram realizadas com intuito de contribuir para a reflexão final proposta na atividade de número (iv), uma vez que, justamente, o livro de Lacoste (1976) sugere a importância de que se reflita a respeito de "para que serve a geografia". Ademais, como visto, essa mesma reflexão é significativa, justamente, para o que se entende

como renovação da geografia e gênese de uma Geografia Crítica, com vistas a denunciar a pretensa neutralidade de suas proposições positivistas e desnaturalizar conceitos e teorias (especialmente teorias geopolíticas), no sentido de compreender suas motivações e implicações políticas, ideológicas e éticas.

Tendo em vista o objetivo de conduzir a reflexão individual dos estudantes e para que estes também tivessem a oportunidade de se confrontar sobre o seu próprio entendimento da Geografia até o momento, conforme aprendida ao longo do Ensino Básico, propôs-se que estes realizassem a leitura de Lacoste (1976) sem que, necessariamente, lhes fosse antecipado de que se tratava, para além do fato de que a obra teria importância para o processo de renovação da geografia. Observamos que, ao longo das aulas, priorizou-se a expressão "renovação da geografia" no lugar de "geografia crítica", uma vez identificado que esta última poderia dar margem para uma leitura aprioristicamente mais ou menos amistosa da obra – essa escolha não foi necessariamente refletida no momento do planejamento e tampouco sugerimos aqui como absolutamente necessária ou desnecessária, mas acreditamos que é importante pontuá-la para reflexão.

Em termos práticos, em todas as turmas, após uma sequência de aulas expositivo-dialogadas a respeito de pensadores e estudiosos das geopolíticas clássicas alemã, britânica e norte-americana, propôs-se aos estudantes que refletissem sobre esses temas a partir da leitura de Lacoste (1976).

Para as turmas em que as aulas ocorriam já em modalidade presencial, nos anos de 2022 e 2023, foi-lhes recomendada a leitura, no mínimo, das seções de "Apresentação", por José William Vesentini, e "A propósito da terceira edição", nas primeiras páginas do material que lhes foi disponibilizado, além de um capítulo que lhes foi individualmente atribuído. Em seguida, foi-lhes solicitado que, dentro de o prazo de pelo menos uma semana, elaborassem uma breve explicação, para os colegas, sobre o que se tratava o seu capítulo e exposição oral sobre como entendia que as ideias desse capítulo dialogavam com o que havia sido abordado nas aulas de Geografia Política até aquele momento. A avaliação ocorria, portanto, sobre a capacidade de interpretação por parte do estudante do texto de Lacoste e, igualmente, capacidade de análise das geopolíticas estudadas até o momento a partir dessa obra. Como o momento de exposição oral ocorreu aos moldes de um seminário, com os estudantes organizados em círculo, apresentando suas reflexões conforme a ordem dos capítulos do livro, também houve oportunidade para momentos de diálogo, onde foram realizadas perguntas com finalidade de esclarecimento do que acabara de ser exposto ou, ainda, no sentido de incentivar que os estudantes pudessem relacionar a fala do colega com suas próprias reflexões e/ou com a fala que fariam

em seguida.

Nos anos anteriores, em que as atividades vinham sendo realizadas na modalidade on-line síncrona, a proposta realizada aos alunos foi similar, mas operacionalizada de maneira adaptada. O que se solicitou foi que realizassem, em grupos de até quatro alunos, uma análise comparada das geopolíticas "clássicas" estudadas com a descrição sintetizada das geopolíticas russa, francesa, italiana ou espanhola (Font; Rufí, 2006), para que, em conjunto (discentes e docente) e a partir da identificação de suas similaridades e particularidades, pudéssemos discutir as observações realizadas pela crítica em Lacoste (1976), especialmente sobre a não-neutralidade do conhecimento geográfico e importância da desnaturalização de conceitos e princípios geopolíticos.

Reflexões sobre a prática relatada

Consideramos que a avaliação com base nas reflexões e provocações presentes na referida obra de Lacoste constituiu-se, no formato em que foi realizado, enquanto uma avaliação formativa em razão de apresentar-se como oportunidade não apenas para mensuração do aprendizado decorrido, mas, sobretudo, como oportunidade de aprendizado e autoavaliação sobre a capacidade de apreensão crítica daquilo que vinha sendo exposto em sala de aula até o momento. Como tal, entendemos que teve repercussões que puderam ser observadas para além do momento da realização dos respectivos seminários avaliativos – seja ao longo da segunda metade da disciplina ministrada, seja em oportunidades futuras, em outras disciplinas ministradas para as mesmas turmas, agora em estágio mais avançado do curso. Muito embora, evidentemente, as repercussões para o aprendizado sejam também de natureza individual e, portanto, variem entre estudantes e turmas avaliadas, o presente trabalho tem como principal motivação aquelas repercussões que foram observadas de forma reiterada, a partir de manifestações orais, escritas (em avaliações dissertativas de final de semestre) e questões colocadas pelos estudantes ao longo das aulas seguintes.

Nesse sentido, cumpre destacar que entendemos que a atividade acima descrita contribuiu, sobretudo, para iniciar uma discussão a respeito da desnaturalização de conceitos e categorias utilizadas e difundidas a partir de abordagens geopolíticas do século XIX e XX. Isso pôde ser observado, primeiramente, para além do momento de realização da atividade em si, no momento de introdução à geopolítica brasileira, abordada em perspectiva histórica desde os anos 1930 até período recente, como

módulo imediatamente subsequente na disciplina de Geografia Política. Neste momento, os alunos demonstraram estar mais atentos à aplicabilidade e limites de aplicabilidade de conceitos tais como *heartland*, para a América do Sul, ou ainda para o contexto, objetivos e implicações de afirmações sobre uma suposta "vocação continental" ou existência de "vazios demográficos" no território nacional, figurando em formulações de geopolíticos brasileiros do século XX.

Ademais, de forma geral, a leitura de Lacoste (1976), somada às referências (brasileiras) indicadas no plano de ensino, auxiliaram na compreensão das categorias de "interesse nacional" e mesmo de "identidade nacional" como uma construção político-social. Esse tipo de observações foi realizado pelos estudantes, igualmente, no que diz respeito a análise de temas mais contemporâneos da Geografia Política (e das Relações Internacionais), em que nos confrontamos com questões que envolvem disputas territoriais não entre Estados, mas de parcelas da população nacional (ex. povos originários, movimentos socioambientais) pelo modo de apropriação do espaço, por vezes à revelia do que do "projeto (hegemônico) de desenvolvimento" ou "interesse nacional".

Em sentido similar, a desnaturalização da relação de equivalência entre o que está posto como "interesse de Estado", "interesse nacional" e interesses de diferentes parcelas da população, reverberou em análises discentes mais elaboradas, com a consideração de maior número de variáveis, da atuação de organizações em rede (transfronteiriças) que desafiam a autonomia e/ou a soberania estatal, seja em temas de segurança, ou em temas de ordem econômica. Neste ponto, é importante notar que uma tal abordagem da geografia política subsidia também análises menos estado-cêntricas das relações internacionais, permitindo não apenas o reconhecimento de disputas territoriais internas aos Estados, mas igualmente a apreensão de lógicas que são concorrentes da lógica territorial estatal. Ao mesmo tempo, a problematização dessa equivalência foi recordada quando da abordagem de tópicos relacionados a geopolítica das interações internacionais de unidades territoriais subnacionais, tais como as relações entre cidades-gêmeas fronteiriças, a competição entre estados, no caso brasileiro, para atração de investimento externo direto ou, ainda, nos casos de negociações para compra de vacinas.

De maneira geral, foi possível observar, ainda, repercussões menos evidentes de serem antecipadas. Por exemplo, o destaque dado para questionamentos fundamentais para a autocrítica e renovação da Geografia Política em uma atividade avaliativa, no formato proposto, facilitou, em algumas ocasiões, o entendimento da crítica como elemento essencial para realização de quaisquer análises a serem realizadas e não necessariamente, como característica apenas de uma dada teoria

designada como crítica. Ademais, conhecer as transformações no campo da Geografia, especialmente para turmas de ingressantes no Ensino Superior, introduzem o entendimento de que as ciências humanas estão também sujeitas a atualizações, demandando que suas proposições teóricas e metodológicas sejam contextualizadas e atualizadas e não apenas que se atualize a agenda de temas para que sigam sendo abordados por perspectivas anacrônicas.

Considerações finais

Na prática docente, lidamos com a dificuldade dos estudantes de graduação de hoje compreenderem a aplicabilidade de muitos dos conceitos e teorias que aprendem nos bancos universitários. Não é raro ouvir, em sala de aula, sobre as angústias a respeito da "funcionalidade" daquilo que lhes é proposto e ensinado ou de uma sensação de distanciamento dessas temáticas que, até certo ponto, ainda lhes parecem restritas a círculos de decisão e negociação que lhe são muito estranhos. Relata-se como lacuna, desde uma perspectiva discente, a falta de "ver as Relações Internacionais" de forma mais concreta ou, pelo menos, fazer a conexão entre aquilo que se observa no cotidiano ou como demandas do mercado de trabalho e alguns dos debates e práticas realizadas ao longo de sua formação. Neste ponto, é preciso tomar a liberdade e arriscar aqui que essa angústia que relatam os agora estudantes em Relações Internacionais não é inédita desta geração, tendo igualmente angustiado parte dos internacionalistas em formação no começo do século XXI – grupo no qual esta autora se inclui.

Em parte, a compreensão sobre a aplicabilidade e particularidades das contribuições que o internacionalista pode aportar para a sociedade, enquanto cidadão e profissional atuando nas mais diversas áreas, tende a aumentar com o progresso da formação inicial e, eventualmente, vivências após sua formação, dentro e/ou fora do ambiente acadêmico. Todavia, também se faz necessário que o percurso formativo desses internacionalistas seja atualizado de forma recorrente, assim como vem ocorrendo, por exemplo, nos estudos de teoria das Relações Internacionais, com um espaço cada vez menos marginal para debates e teorias pós-positivistas, ou mesmo com a inclusão de novos temas, objetos e sujeitos – para um real pluralismo (Acharya, 2011) – nas disciplinas das mais diversas áreas que contribuem para uma formação em Relações Internacionais.

Não nos basta, contudo, a atualização temática, ou mesmo a atualização sobre teorias, se essa pluralidade e diversidade ficarem restritas a sistematização em alguns

poucos componentes curriculares. É preciso que essas contribuições respaldem também uma reflexão metodológica para o campo das Relações Internacionais (Lamont, 2015), não apenas na forma como fazemos pesquisa, mas igualmente na forma como ensinamos e equipamos nossos estudantes durante a sua formação.

Dessa forma, acreditamos que uma prática avaliativa (formativa) que destaque o percurso de autocrítica e renovação de determinado campo de estudos, pode contribuir para o percurso formativo, (auto)crítica e ampliação do arcabouço metodológico de estudantes para compreensão também do seu papel (como críticos) na apreensão, reprodução e transformação de valores e abordagens ora hegemônicas no seu campo de formação. Destaque-se, particularmente, a capacidade de compreender as repercussões éticas de suas ações, seja em um trabalho de pesquisa, como membro de uma comunidade acadêmica ou como cidadão. A oportunidade, por exemplo, de refletir criticamente sobre discursos (geo)políticos do século XIX, marginalizados no século XX, mostra-se ainda mais relevante quando voltamos a observar, em pleno século XXI, novas sementes desses ideais "germinando" (Castro, 2005, p.66).

Por fim, mas não menos importante, o presente relato buscou compartilhar contribuições para o ensino e pesquisa em Relações Internacionais que podem ser aportadas pelos estudos em Geografia, mas é também um convite para o diálogo com outras áreas que, por vezes, também se entendam como menos valorizadas no percurso formativo de internacionalistas. Buscou-se aqui pautar como a Geografia, especialmente em sua abordagem crítica, pode contribuir para o enriquecimento de um currículo de formação, pelo menos, efetivamente multidisciplinar. Ademais, para que a agenda temática das Relações internacionais, mas também seu arcabouço teórico-metodológico, reflitam questões atuais e de maior relevância para o Sul Global – particularmente, para a atuação e inserção internacional do Brasil.

Referências:

ACHARYA, Amitav. "Dialogue and Discovery: In Search of International Relations Theories Beyond the West." **Millennium**: Journal of International Studies 39, no. 3, 2011, p.619-637.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr. 2005.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica.** Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: 1991.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global.** Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2021

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, [1976] 1988.

LAMONT, Christopher. **Research methods in international relations**. 1a edição, Los Angeles: SAGE, 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo, geografia e meio ambiente**. 2000. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000b.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 9ª. Edição, Rio de Janeiro: Record, 2006.

SATO, Eiiti. "A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções", **Revista Brasileira de Política Internacional**, 43 (1), 2000, pp. 138-169.